

Nos últimos meses, os sinais vindos da alta direção do Banco do Brasil têm causado **crescente preocupação entre os funcionários.** O que antes era um ambiente de trabalho pautado pela cooperação e pelo compromisso público, hoje se transforma em um **espaço de pressão, medo e adoecimento,** especialmente nas unidades de varejo, onde as metas se tornaram completamente fora da realidade.

As novas metas estabelecidas pela Diretoria de Varejo ignoram as condições reais das unidades, que sofrem com falta de pessoal, acúmulo de funções e infraestrutura limitada. Em muitas dependências, não será possível cumprir o que foi determinado, o que tende a impactar diretamente na PLR dos trabalhadores, aumentando ainda mais a insatisfação e o desgaste emocional.

"Na ânsia de satisfazer acionistas, o banco impõe metas que ninguém consegue alcançar e transforma o ambiente de trabalho em um campo permanente de cobrança e medo. A realidade é que a ampla maioria das dependências não conseguirá atingir os resultados exigidos pela direção. Essa política desumaniza o trabalho e adoece quem faz o banco funcionar", afirmou Fernanda Lopes, coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB).

O movimento sindical alerta que o avanço das metas abusivas e o enfraquecimento do diálogo interno corroem os valores históricos do BB e afetam diretamente o atendimento à população. A verdadeira meta de um banco público deve ser o respeito — ao trabalhador, ao cliente e à missão pública que o Banco do Brasil representa.

Em defesa do papel público do BB



A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) cobrou, em reunião realizada no dia 6 de outubro, a suspensão imediata do processo de reestruturação em andamento e criticou a ampliação da jornada para oito horas em diversas funções estratégicas. Feitas sem diálogo com as entidades representativas, as mudanças enfraquecem o caráter público do banco e colocam em risco sua função social.

De acordo com Fernanda Lopes, "o banco precisa decidir se quer ser um agente de desenvolvimento ou apenas mais uma instituição privada preocupada em gerar lucro para acionistas".

A CEBB ressalta que o Banco do Brasil é essencial para o país, pois garante crédito à agricultura familiar, impulsiona políticas públicas e mantém agências em locais onde a iniciativa privada não chega.

"Enfraquecer o BB é prejudicar justamente a população que mais precisa do Estado", destacou Fernanda.

A Comissão reafirma que **seguirá mobilizada para defender o banco público**, os acordos coletivos e as condições dignas de trabalho. Também voltou a **cobrar a realização de concurso público** para recompor os quadros e garantir atendimento de qualidade à população.

Substituições: banco volta atrás após pressão



Após intensa cobrança do movimento sindical, o Banco do Brasil voltou atrás e anunciou a retomada do pagamento das substituições temporárias a partir de novembro.

A decisão corrige um erro grave da direção, que havia suspendido o benefício de forma unilateral, desrespeitando o esforço diário dos trabalhadores.

Em 2023, o retorno das substituições havia sido uma **importante conquista da categoria.** Por isso, o cancelamento repentino gerou **revolta e indignação** entre os funcionários, especialmente nas unidades do varejo, onde o cumprimento das metas e o acúmulo de funções já são uma constante.

"Foi uma vitória das mobilizações e do diálogo. Mas seguimos atentos, porque o respeito ao trabalhador não pode depender de pressão constante", afirmou Fernanda Lopes, coordenadora da CEBB.

O movimento sindical segue cobrando do banco valorização, condições dignas de trabalho e transparência nas decisões que impactam diretamente a vida dos funcionários.

O futuro da Cassi depende de todos nós

As transformações recentes no Banco do Brasil impactaram diretamente a Cassi. O processo de reestruturação, principalmente o Performa, acarretou redução de salários e diminuiu significativamente a entrada de recursos no plano, que é sustentado pelo princípio da solidariedade. O desafio agora é garantir a sustentabilidade sem comprometer o atendimento.

Segundo **Fernanda Lopes**, "a Cassi é um patrimônio dos funcionários e precisa ser preservada com responsabilidade".

O modelo atual de custeio — 52% do BB e 48% dos associados — é insuficiente. **As entidades defendem o retorno ao formato 70/30, a garantia do pós-laboral custeado pelo banco para funcionários** que ingressaram após 2018 e a inclusão dos colegas oriundos de bancos incorporados.

O banco tem responsabilidade direta com a saúde dos trabalhadores e total condição de reforçar o financiamento daqueles que constroem seus resultados.

A luta pela Cassi é coletiva. É hora de todos os associados se mobilizarem, compreenderem o cenário e pressionarem o banco a assumir seu papel. O futuro da Cassi — e da própria categoria — depende da solidariedade e da união de todos.

